

## ENTREVISTA\*

Mauro Almeida

\* A transcrição e revisão do texto contou com a colaboração de Kauã Vasconcelos, Gabriel Banaggia e Caio Mendes Muniz.

Mauro William Barbosa de Almeida é doutor em Antropologia Social pela Universidade de Cambridge (UK) e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professor visitante na Universidade de Chicago (EUA) e fez pós-doutorado na Universidade de Stanford (EUA). É professor colaborador, atualmente aposentado, no Departamento de Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e membro do Centro de Estudos Rurais (CERES). Suas áreas de pesquisa incluem reservas extrativistas e diversidade social na Amazônia, assim como relações entre práticas tradicionais e biodiversidade. Participou da criação da reserva extrativista do Alto Juruá (AC), a primeira unidade de conservação desse gênero, no início da década de 1990. Liderou um grupo de pesquisadores acadêmicos para realização do planejamento da Universidade da Floresta (Uniflora), vinculada à Universidade Federal do Acre (UFAC) e ao Campus Floresta. É também sócio efetivo do Instituto Socioambiental (ISA). Entre suas publicações está o livro *A enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: prática e conhecimentos das populações* (Cia. das Letras, 2002), em coautoria com Manuela Carneiro da Cunha.

Esta entrevista foi concedida em maio de 2017, em São Paulo, durante a VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (ReACT), realizada no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, em que Mauro Almeida participou como debatedor na mesa Atmosferas Cruzadas.

Felipe Sússekind – Existe uma controvérsia antiga entre conservacionismo e etnoconservação, que seria uma abordagem mais socioambiental. Até mesmo o ISA [Instituto Socioambiental], como ideia, tem um pouco da articulação entre essas duas coisas. Como você vê, no contexto aqui do Brasil, essa ligação que sempre foi um pouco problemática entre projetos de conservação da biodiversidade e projetos que são mais voltados para a área socioambiental?

Mauro Almeida – Tem um contexto que é marcado pelo final da década de 1980, começo da década de 1990. Em 1992, teve a cúpula da biodiversidade no Rio, que simboliza uma ocasião em que começou a aparecer no cenário mundial (internacional e nacional também) uma ideia do papel dos povos da floresta (indígenas, ribeirinhos, seringueiros, comunidades rurais) para a

conservação. Isso é uma ideia que apareceu na Índia muito forte entre os locais, lá se chamam tribais, lutando contra a derrubada da mata, e na Indonésia também. No Brasil havia o movimento dos seringueiros aliado com os índios. Isso foi uma mudança muito importante na época porque, até então, a ideia dominante era que os pobres rurais eram um fator importante de degradação do ambiente, por exemplo, por causa das queimadas, da caça ilegal, a falta de respeito à legislação, as invasões etc. E aconteceu essa mudança de paradigma de ver essa população que vive, digamos, fora do espaço mais moderno. Essas pessoas estão localizadas precisamente nas áreas prioritárias para conservação, e a ideia é de que vivem tradicionalmente nesses locais e sabem também, da melhor maneira, conviver com esses territórios. Então, surgiu esse paradigma. Foi a época também que começaram a ser criadas as reservas extrativistas. Uma coisa interessante que está documentada na tese de Henyo Barreto<sup>1</sup> foi que durante a ditadura militar houve a criação de um grande número de extensas áreas de conservação (conservação estrita, parques nacionais, centros ecológicos etc.), por causa de um *lobby* que atuava junto ao presidente da república, desde Castelo Branco, com algumas figuras importantes da biologia de conservação do Brasil. Nesse período pós-ditadura, se você faz uma curva quantitativa dessas áreas consegue ver que a tendência se inverte, e é o período que começam a se criar áreas de conservação de uso humano: as reservas extrativistas, depois as reservas de desenvolvimento sustentável, terras indígenas etc. Então, ali já havia uma mudança bem significativa dessa curva, refletindo também essa nova visão. Agora, isso não quer dizer que exista um consenso nessa área. No final dos anos 1990, por volta de 2000, esse campo, a meu ver, passou a ficar bastante dividido porque voltou à cena uma argumentação no sentido oposto – de que na verdade uma solução para a conservação seria mesmo parques ou zonas onde o único uso seria científico –, caso do Brasil e dos Estados Unidos em que há uma combinação ou um peso maior de turismo e visitação nesses grandes parques. No Brasil, a ênfase seria a pesquisa científica e a fiscalização, o que na prática é muito difícil de ser feito por causa da localização e da extensão. Então, voltou a ter uma argumentação no sentido de que é melhor colocar esses territórios na mão do Estado, na forma de controle de cima para baixo. Uma síntese dessa posição é o resultado de um estudo feito pela principal organização ambiental do mundo, a IUCN [International Union for Conservation of Nature], um pessoal que tem muito dinheiro. A estratégia deles clássica é comprar grandes territórios para administrar, quando é em outros países, através de fundações locais que eles também financiam. Fizeram isso no Brasil, mas aqui tiveram dificuldade de comprar, houve protesto na imprensa, por isso mesmo eles tinham que trabalhar com o governo. Mas também usaram o método de financiar pequenos clones locais, organizações, que às vezes nem sabem que estão ligadas a isso.

---

<sup>1</sup> BARRETTO FILHO, H. T. Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FS – Mas nesse caso eles financiam áreas que vão ser parques, reservas?

MA – Por exemplo, no Acre, no Parque Nacional da Serra do Divisor, uma pequena organização que de repente ficou bem poderosa, ninguém sabia que era financiada por eles.

FS – É o modelo da reserva sem gente dentro...

MA – É, sem pessoa. Foi modificado um pouco isso, se adaptando à situação brasileira (a IUCN tinha escritório em Brasília. É a mesma posição que Daniel Curtis Nepstad, um norte-americano que faz tempo que estuda essa questão de conservação, expôs em um seminário a que eu assisti nos Estados Unidos, com slides, projeções e modelos, sobre o futuro da floresta Amazônica em várias hipóteses. Uma das hipóteses era a seguinte: a legislação florestal sendo cumprida, respeitada. Esse era o melhor cenário para o futuro da Amazônia. Se você pensa no código florestal antigo, pelo menos ele prevê preservação das margens do rio, de áreas em aclave, de nascentes, de uma série de previsões de restrições ao desmatamento que na prática não são obedecidas. Ele argumentava que se os maiores empresários do Mato Grosso obedecessem a isso e que se esse modelo fosse seguido, seria o que funcionaria melhor, enquanto nas áreas de ocupação camponesa, rural, você estaria detonando a floresta. Em áreas submetidas no passado a uma pressão muito grande, como a mata atlântica, surgiu um ambientalismo, liderado por biólogos e políticos, bastante ofensivo nessa direção. Para salvar a mata atlântica você tinha que impedir a presença indígena ou caiçara, entre outras. Acho que em certo momento, no ISA (que já é uma organização que desde o tempo da ditadura, na década de 1970, tem foco na defesa de territórios indígenas), nesse período de 1990 em diante, e particularmente na virada do século, a ideia era combinar, impulsionar o programa de ação integrada de conservação e defesa de terras indígenas, que passou a incluir também seringueiros e quilombolas. Regionalmente, no rio Negro, são índios; na região do Xingu, além de povos indígenas, temos reservas extrativistas, e trabalhos em São Paulo em um programa com foco em quilombolas. Mas aqui em São Paulo essa disputa é bastante aguda. Eu tenho acompanhado isso no caso dos caiçaras da Jureia.

FS – A disputa entre esses dois modelos?

MA – É, entre os dois modelos. Em São Paulo, tanto para terras indígenas, que já são muito pequenas, quanto para o caso de populações caiçaras. Para tomar esse exemplo, sem falar nos quilombolas, existe uma oposição fortíssima de certos biólogos conservacionistas contra qualquer conciliação, qualquer política que, do ponto de vista deles, seja conciliação. Porque pobre vai detonar, vai caçar e matar os bichos, isso não tem muito jeito. Mas é uma visão sem perspectiva histórica: embora os biólogos sejam evolucionistas, eles não contemplam o fato de que esses grupos humanos também mudam historicamente, essa mudança é muito rápida agora, à medida que novas gerações passam, elas próprias, a incorporar uma ideologia conservacionista juntamente com uma cultura transformada, apoiada em costumes tradicionais e práticas tradicionais do ambiente. Quer dizer, fazer uma combinação dessas duas visões – é o que eu

tenho visto acontecer em várias regiões do Brasil onde eu faço ou pesquisa ou laudo, ou onde alunos e ex-alunos estão trabalhando. Quer dizer, existe uma transformação da cabeça das pessoas combinando essa ideia de tradicionalidade, ou de comunitarismo, com visões antenadas para discussões contemporâneas, inclusive questões climáticas e de biodiversidade. Falo comunitarista porque há, de um lado, o Estado, como administrador ineficiente desse tipo de área – áreas muito grandes, com fronteiras impossíveis de serem vigiadas, com funcionários que ficam pouco tempo em cada área, biólogos jovens, sem experiência, ocupando postos de chefia. Isso tudo vem da minha experiência. E, por outro lado, a chamada iniciativa privada, que tem as próprias limitações e inclusive conflitos de interesse, por exemplo no caso de conhecimentos tradicionais, sem dar muitos exemplos. Agora entre uma coisa e outra existem usos de territórios por coletividades, o chamado modelo dos *Commons* na literatura internacional, a cargo do cuidado de moradores, em geral moradores tradicionais, mas não necessariamente. Mas o importante aí é a ideia de comunidade: um sujeito coletivo que ocupa o recurso e se organiza de alguma maneira coletiva para proteger esses territórios também. Isso é objeto também de uma enorme literatura internacional que começou a ser produzida no início desse debate. Em 2003, já faz mais de dez anos, teve uma síntese dessa literatura publicada na revista *Science*,<sup>2</sup> comparando áreas de conservação na África, na Indonésia e no Brasil, contrastando esses modelos. Procurando demonstrar exatamente que as áreas que eram mais bem conservadas eram também áreas que se tinham populações indígenas locais; no caso do Brasil eram de seringueiros, em uma reserva extrativista em Rondônia; contrastadas com o modelo de exploração comercial de colonos ou de fazendas. Aí o contraste é muito claro, o mesmo contraste que o ISA costuma exibir com o exemplo do Xingu, onde você vê uma zona em forma de cálice, que são várias terras indígenas no Xingu, um conjunto, com fronteiras extremamente nítidas onde começa a atuação do agronegócio e onde está tudo desmatado. Inclusive você vê que lá onde é a bacia do rio, a parte principal, não chega a pegar as cabeceiras inteiras, o que já é um prejuízo grande, elas estão sendo efetivamente protegidas pela presença indígena. Agora também há três reservas extrativistas nessa região. E onde tem formas mais fracas de proteção ambiental às águas, você vê a penetração. Na terra do meio você vê claramente que é uma área onde está havendo essa penetração de fazenda e colonização, apoiada em gado e pecuária. Há um intervalo entre a parte do norte do Xingu e a parte sul, e você vê essa penetração, uma combinação de madeiras com agropecuária.

**FS – Eles fazem uma comparação também entre esse modelo do parque nacional, por exemplo, e o modelo de reserva extrativista?**

**MA – Também fazem. Eles comparam as três formas [parque nacional, reserva extrativista, terra indígena]. Acho que a terra indígena sai ganhando no total, essas áreas são grandes no norte, e os**

---

<sup>2</sup> Tragedy of the Commons?. *Science*, v. 302, issue 5652, 12 dez. 2003. Edição especial.

parques nacionais estão perto das terras indígenas. Se você colocar as reservas extrativistas, elas vêm bem depois, em termos de proteção da área. Elas se multiplicaram muito, com áreas muito pequenas pelo litoral, em áreas com muita concentração urbana; quer dizer, há uma mudança com relação às primeiras, que eram territórios muito maiores em zonas mais afastadas. Depois disso ficou muito difícil de ser criado. Mas eles fazem comparação também com os parques nacionais.

**FS – E como foi a mudança desse modelo brasileiro, da época da ditadura militar, com parques nacionais, reservas biológicas, para uma abordagem mais da reserva extrativista? Como surgiu o modelo da reserva de desenvolvimento sustentável?**

MA – Isso surgiu, na verdade, na década de 1980, que foi exatamente a passagem nessa década da redemocratização. E também foi o período em que houve o relatório *Brundtland*, o *Nosso futuro comum*.<sup>3</sup> Eu ilustro isso através de um episódio no Brasil, mas isso aconteceu em outras partes do mundo também, de outras formas. Em 1985, já no governo Sarney, teria uma reunião em Brasília de seringueiros, que tinham o próprio movimento social, com Chico Mendes presente – mas não era simplesmente Chico Mendes, eram sindicalistas do Acre e de Rondônia; associações de seringueiros, “soldados da borracha”, não era propriamente um sindicato. Mas havia também sindicatos, por exemplo, do município de Novo Aripunã, do Amazonas, seringueiros também do sul do Pará, do Amapá. E tinham extrativistas de outro tipo: açaí, castanha, e assim por diante. Juntaram uns 120 participantes nessa reunião. E ela conectou com o relatório *Brundtland* através de Paulo Nogueira Neto, que era um dos vereadores e um dos grandes biólogos conservacionistas, um dos responsáveis pela indicação e seleção de áreas de conservação em sentido estrito na época do governo militar. Mas ele, nessa nova conjuntura, viu nas propostas dos seringueiros, especificamente na ideia de reserva extrativista, uma coisa interessante. E prometeu publicamente que ia criar aquilo que os seringueiros estavam reivindicando. Do ponto de vista de um movimento rural, a proposta dos seringueiros que apareceu nesse encontro de 1985, em Brasília, é parte de um programa de reivindicações deles de políticas públicas para uma população que era completamente invisível, ninguém sabia que existia. Em Brasília, eu estava lá, a gente visitou órgãos públicos, responsáveis pela política de preços da borracha, assistência técnica etc. Eles nem sabiam o que era seringueiro, eles pensavam que eram seringalistas. Eram os grandes barões da borracha que tinham assento nesses órgãos. “Não, mas isso aqui é seringueiro, diferente de seringalista”; “mas é a mesma coisa”. Era uma invisibilidade completa. E o Paulo Nogueira Neto, não me lembro agora se ele estava em Brasília ou se ele recebeu

---

<sup>3</sup> O *Brundtland Report*, também chamado de *Nosso futuro comum*, foi publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), introduzindo o conceito de desenvolvimento sustentável. Patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e presidida pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, a WCED explorava as causas da degradação ambiental, tentando entender as interconexões entre equidade social, crescimento econômico e problemas ambientais, e a partir daí procurou formular soluções políticas que integraram todas as três áreas. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Brundtland-Report>>. Acesso em: ago. 2018.

informes, ou leu sobre isso, mas ele escutou, ouviu falar de um seringueiro de Novo Aripunã, o Jairo da Silva Araújo, que foi escolhido pelo grupo como o presidente do Conselho Nacional de Seringueiros, uma entidade virtual criada lá em Brasília, quando esse mesmo grupo teve a entrada vetada, naquele enorme prédio, naquela época era a SUDEB [Superintendência da Borracha], que recebia enormes recursos do governo. No fundo, a SUDEB era uma organização, um *lobby* dos latifundiários amazônicos com muitos votos no congresso e que mantinha uma política de proteção de preço, de reserva de mercado, em benefício deles. Os seringueiros, expulsos daquele ambiente, criaram ali na frente, no gramado, uma alternativa para o Conselho Nacional da Borracha, que estava se reunindo e do qual eles queriam participar. “Então, vamos criar o Conselho Nacional dos Seringueiros”, e surgiu esse nome. Eram nomes meio curiosos, assim como “reserva extrativista”. Por que reserva extrativista? Olha, as únicas terras que são protegidas lá, pela polícia, são as reservas indígenas. Na época era reserva indígena. “Então, vamos criar a reserva dos seringueiros.” Mas como é que é o nome para isso? Tinha um antropólogo que disse que seringueiro é extrativista, então vai ser reserva extrativista. Essa reunião de Brasília foi organizada pela Mary Allegretti, a grande pioneira, lutadora, para o reconhecimento internacional dessa proposta dos seringueiros como uma solução ambiental. E foi um canal para o Chico Mendes viajar para o Estados Unidos como um defensor das florestas, tendo um papel importante para segurar os investimentos dos grandes bancos, multilaterais, que financiavam estradas, ferrovias, barragens, com grandes desastres ambientais. Na Índia principalmente, e, no Brasil, no caso de Rondônia, com desmatamento e fogo, foram desastres denunciados por uma organização norte-americana que se especializou em fazer *lobby* disso. Um antropólogo, o Steve Schwartzman, que agora é do grupo do ISA e trabalha no Estados Unidos, fez a ponte junto com a Mary Allegretti e com o Chico Mendes, para ele ir depor no Estados Unidos, no congresso, sobre os efeitos dos financiamentos que estavam fazendo para a BR-364, atravessando justamente Rondônia e indo em direção ao Acre. Esse *lobby* era para criar salvaguardas antes de se fazer isso, e isso significaria criar áreas de proteção ambiental, mais especificamente terras indígenas, e as reservas extrativistas entrando dentro desse pacote. Ninguém sabia o que era reserva extrativista, isso não existia na legislação. Como eu falei, o Paulo Nogueira, na época, prometeu isso, ia ser a primeira coisa, mas não chegou a se concluir. Eu cheguei a visitar a terra lá com Jairo da Silva Araújo, no Aripuanã, que ia ser o local que ele propôs como a primeira reserva. Enfrentando uma ciúmeira com o pessoal do Acre. “Não, nós que estamos na frente.”

Eu fiz uma longa digressão encurtando esse momento em que você perguntou como que se deu essa virada para o socioambientalismo, a Gro [Harlem] Brundtland [primeira-ministra da Noruega, responsável na ONU por chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento na década de 1980], no relatório global, fala claramente do papel dos povos indígenas e tribais como parceiros da conservação. E o que é importante é que ela dá um quadro com o depoimento de Jaime da Silva Araújo, seringueiro que foi chamado para uma audiência



que ela fez em São Paulo, com tradução simultânea e vários falantes. Durante a fala do Jairo, ela chora, comovida com o discurso dele. É aquele tipo de aparência amazônica, mas ele se diz um descendente de Potiguar da Paraíba, com uma aparência bem marcante, mas com uma fala muito forte, poeticamente, digamos assim: “eu venho de debaixo da folha da árvore”, e aí ele continuava um discurso desse tipo. Assim, aparecem ele e Chico Mendes no relatório da Brundtland, uma espécie de marca, de carimbo do papel deles; não eram índios simplesmente, eram seringueiros, como chamo no estudo que eu fiz de camponeses da floresta. Pessoas que tinham combinação de várias atividades: coleta, pequena agricultura; ligando o método indígena da caça e extrativismo, o que seria uma forma não destrutiva de usar os recursos da floresta. Tira a castanha, mas não mata a castanheira. Extrai o látex, mas não mata a seringueira. Tudo isso está crescendo no meio da floresta, então parecia a solução perfeita com relação ao extrativismo. Já numa reunião anterior da CONTAG [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], repetindo isso de 1984, e na reunião desse encontro em Brasília, que gerou o Conselho Nacional de Seringueiros (nada é registrado em cartório, era um nome que começou a circular), a reivindicação dos seringueiros era um módulo, digamos, se pudesse ser chamado assim, depois eu vou explicar por que, de 500 hectares por família. Aí você vai me dizer: “mas 500 hectares é uma fazenda, esses caras estão loucos, 400, 500, 600 hectares”. O programa que saiu dessa reunião dizia “sem divisão em módulos”, sem fronteiras demarcadas. Porque o modo de exploração da floresta pela seringa seria por trilha, ou linhas, essa linguagem. Não por manchas marcadas por uma fronteira. E essas linhas se entrecruzam, elas acompanham a topografia do lugar, a rede hidrográfica, as manchas das próprias seringueiras, então elas não têm uma fronteira física delimitada, elas podem até se entrecruzar, se subdividir ou aumentar se a exploração chega a um ponto que precisa deixar aquelas árvores descansando e ir para outra área. É uma movimentação dentro dessas zonas, e os seringueiros estavam recusando lotes geométricos do modelo. Não só porque a extensão é insuficiente para abrigar uma colocação, que é um conjunto de árvores, ou linhas que uma família em desenvolvimento pode explorar. Em certo momento você pode ter um seringueiro só, no começo; depois você vai ter ele e os filhos, com 10, 14, 16 anos, aí você vai explorar mais árvores trabalhando menos e também fazendo roçado, plantando etc. Tem ciclo de desenvolvimento, e esse era o modo que os seringueiros reivindicavam, mas que ninguém tinha estudado para ver como funcionava exatamente.

**FS – Nessa época já existia uma articulação com a luta indígena? O Ailton Krenak falou ontem, no ReACT, de uma viagem dele com outras lideranças para falar com o Banco Mundial, na década de 1980...**

**MA – Então, o Chico Mendes. Começou a articulação no período anterior. Falei de uma reunião de 1985 e falei da publicação do relatório Brundtland. Em 1988, o Chico Mendes foi assassinado, mas ele vinha participando, fazendo viagens para os Estados Unidos, e é dessa época também a articulação com o Ailton Krenak. A luta indígena tinha começado já no final da década de 1970.**

Já na década de 1980, houve um movimento em São Paulo, por exemplo, e em outros locais, procurando formar também, naquela época, uma entidade nacional de lideranças indígenas. Hoje em dia não tem mais essa ideia de uma entidade única nacional, então tem organizações regionais, na Amazônia, no Acre, e o Ailton Krenak estava numa posição de destaque nesse modelo, já no começo dos anos 1980. E por causa dele, de fato, houve essa articulação no Xingu, com o famoso encontro, a aliança dos povos da floresta, com a presença do Sting, do Cacique Raoni. Isso foi chamado de fato de Aliança dos Povos da Floresta. Uma bandeira que envolvia o Ailton Krenak, naquela época, e o Chico Mendes.

**FS – Isso antes da Constituinte?**

MA – Antes da Constituinte. Começou bem antes. A Constituinte foi em 1988. Foi no período próximo. Quando é que foi a reunião de Altamira, em que estava o Sting? Estou tentando lembrar a data exatamente [1989].

**FS – E essas reuniões iniciam um pouco do que vai se afirmar ali na Constituinte?**

MA – É. E o Ailton tem papel importante. Acho que na constituinte o foco principal foi a defesa mesmo da terra indígena, porque estavam fazendo uma articulação bastante forte para permitir aquilo tudo, a mineração na área, que é outra campanha muito violenta pela imprensa, em particular pelo *O Estado de S. Paulo*, acusando o CEDI [Centro Ecumênico de Documentação e Informação], que na época estava defendendo as terras indígenas e as organizações missionárias, de ser parte de um complô financiado por grandes empresas mineradoras da África para tirar o Brasil do mercado, da competição de minério, congelando isso em terras indígenas. Isso foi uma série de uma semana inteira de primeira página, todos os dias, com pelo menos uma página inteira, baseada em documentos falsificados, forjados grosseiramente, durante a discussão preliminar da Constituinte, em 1987, que estava na primeira sessão. E isso criou uma tendência na opinião pública, depois ficou comprovado que eram documentos forjados. Era uma trama baseada em coisas forjadas, para botar a opinião pública contra essas organizações.

**FS – E como essas coisas voltam...**

MA – É, o pior é que isso está voltando, está voltando agora essa argumentação. Eu ouvi em *A voz do Brasil* dois dias atrás, aquela famosa, à noite, antes de começar esse noticiário das fitas famosas, e tudo de novo... A bancada ruralista querendo reduzir terras indígenas no sul do Pará, e juntando isso também com Santa Catarina; dizendo: “Olha, esses índios estão sentados em cima de minérios, privando o Brasil de empregos... E essas terras são do tamanho da Bélgica”. E é com a mesma argumentação da época. Essas CPIs da FUNAI são exatamente os mesmos mecanismos para acusar as organizações pró-indígenas de serem financiadas por capital estrangeiro. Exatamente, está voltando a mesma argumentação da época da Constituinte.



Mas, fechando isso, depois teve o assassinato do Chico Mendes, que deu mais notoriedade internacional, e o fato é que o Brasil foi um dos palcos em que essa ideia de aliança entre movimentos sociais da floresta com índios, seringueiros, castanheiros, isso se cristalizou, serviu como um dos símbolos desse tipo de ambientalismo *grassroots*, quer dizer, fundado em populações locais e interlocais. Anna Tsing é uma antropóloga que estuda esse movimento na Indonésia, para dar um exemplo,<sup>4</sup> e no caso da Índia também tem várias frentes de luta e tem a famosa ativista e estudiosa da Índia [Vandana Shiva], entre outras pessoas. A Mary Allegretti passou a participar de fóruns internacionais, em que a convenção da biodiversidade reconhece oficialmente essa participação. E, desde 1990, sobretudo, isso passou a entrar nas convenções internacionais; o papel desses grupos. Mas o que é interessante é que esse papel surgiu empurrado de baixo para cima, com o exemplo do movimento dos seringueiros, dos índios, com essa reunião famosa de Altamira; então isso virou um caso importante de política pública, no caso de conservação. Veio da população, de baixo, digamos assim, dos povos indígenas, esses moradores tradicionais que não desmatavam a floresta, com uma pequena agricultura de coivara, em que a floresta volta a ocupar o território depois de algum tempo. Um modelo indígena da pequena coivara, em forma de ponto. Com baixa densidade demográfica – um ponto muito importante. Quando você diz que uma família ocupa uma área de 300 hectares, significa que ela está explorando castanheiras, seringueiras e outros produtos florestais que estão distribuídos com uma baixa densidade nesse território. Significa, na prática, numa conta aproximada, que uma seringueira ocupa um hectare de floresta, teoricamente cem metros por cem metros. Uma estrada de seringueira, uma trilha de seringueira, teria, digamos, 300 seringueiras, na prática; 120 para uma pessoa. Uma família exploraria três estradas desse tipo, já dá quase 400 hectares. Tem mais áreas que são intermediárias, lagos, área de caça, eu termino chegando em 500 hectares que corresponderiam a 500 seringueiras. Pense em 400 hectares, 400 seringueiras, distribuídas de uma maneira um pouco aleatória, mas com algumas manchas, e interligadas por uma trilha. E dentro disso tem muito espaço, que é usado para fazer roça, e é o território também de caça, de população animal, porque a floresta está toda lá. Essas trilhas são invisíveis de cima, elas passam por baixo das árvores, os seringueiros trabalham na sombra, portanto, não ficam no sol. Eles não gostam de trabalhar com sol intenso: vão de madrugada para o roçado, voltam às dez da manhã para casa, e depois, talvez, no fim da tarde. A seringa era, digamos, o frescor da mata. Isso era uma coisa curiosa, pensei que eles odiariam esse tipo de trabalho, pior tipo de atividade que existe, mas não foi o que eu vivi durante o ano de pesquisa de campo com eles. Eles gostavam daquilo como um modo de vida mesmo, e por isso queriam manter. Isso significa uma densidade demográfica baixa também, do ponto de vista da conservação. Um argumento que a Mary Allegretti sempre usava – uma família necessitava de 500 hectares para viver. O ponto de vista correto é que uma família protegia, conservava,

<sup>4</sup> TSING, A. L. *Friction*. An ethnography of global connection. Princeton: Princeton University Press, 2005.

tomava conta de uma área de 500 hectares de floresta. A pesquisa que a gente coordenou na década de 1990, na primeira reserva extrativista com esse modelo oficial, na verdade foi um projeto com biólogos, ecólogos, antropólogos e seringueiros, e aí foi feita a comprovação de alguma coisa que já era conhecida.<sup>5</sup> Um hectare de floresta plantada já tem as 400 árvores, digamos, que uma família usa. (Na Indonésia, país que eu visitei, um pequeno camponês que bota um roçado, pequeno, com tudo, mandioca, banana, a mesma coisa, e tem uma área de um hectare só com seringueiras – plantadas uma perto da outra, com clones que vieram da Amazônia – em um ambiente que não tem um fungo que ataca seringueiras plantadas assim, num local, de maneira homogênea. Então você tem ali uma biodiversidade mínima. É só uma espécie de árvore por hectare.) Na Amazônia você teria, em um hectare, uma seringueira, mas até 500 espécies diferentes, de 400 a 500 espécies diferente de árvores com tronco, sem contar sub-bosque, arbustos e coisas que estão na superfície da terra, além da população animal também que está lá e toda a combinação de vida, desde a escala de fungos até as grandes árvores. Tem florestas de palmeiras, tem florestas com uma densidade maior de bambus, mas essas árvores, como a castanheira e a seringueira, elas têm uma densidade relativamente baixa. São zonas de altíssima biodiversidade, diversidade máxima, digamos assim, de acordo com os dados da nossa pesquisa.

Os biólogos conservacionistas, sobretudo aqueles especializados nos grandes mamíferos, que são uma vertente muito forte do conservacionismo internacional, porque esses grandes mamíferos são os mais visíveis – o urso panda, o tigre de bengala, a onça-pintada –, eles dizem que os caçadores atingem esse topo da cadeia alimentar e ela afeta todo o resto. Vão matar o que aparecer na frente. Outra inverdade, que não acontece. As regras são muito fortes. Em suma, a questão da biodiversidade também é controversa porque há várias maneiras de medir a biodiversidade. E na pesquisa que foi feita, que está na *Enciclopédia da floresta*, a gente prestou atenção em alguns indicadores da biodiversidade, como sapos e borboletas (e também pássaros etc.), que não são visados pelos caçadores diretamente, mas que também estão muito sensíveis à perturbação do ambiente, à perturbação ecológica. No caso das borboletas, que ocupam um micronicho, elas servem como indicadores do tipo de floresta que você encontra naquela região. Se ela é úmida, se ela é de charco, se ela é fechada, se é aberta, se é de bambu etc. Os seringueiros locais se divertiam vendo como o Sr. Keith Brown previa: “bom, aqui vai ter um lago, estamos chegando nessa área tal”, por causa da borboletinha que aparecia naquela zona. E ele identificou 1.600 espécies dentro de um território dessa primeira reserva extrativista, meio milhão de hectares com que a gente tinha ficado.<sup>6</sup> Na matéria dos sapos foi a mesma coisa. Os sapos

<sup>5</sup> CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. W. B. de (Orgs.). *A enciclopedia da floresta*. O Alto Juruá: prática e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 730p. Vol. 1.

<sup>6</sup> BROWN JR, K. S.; FREITAS, A. V. L. Diversidade biológica no Alto Juruá: avaliação, causas e manutenção. In: CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. W. B. de (Orgs.). *A enciclopedia da floresta*. O Alto Juruá: prática e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.33-42.

também são muito sensíveis a variações ecológicas, ambiente, temperatura, umidade, altitude, vegetação etc., e lá o pesquisador dessa área, o professor Moises Barbosa de Souza, que faleceu, catalogou e publicou uma série coeditada por nós de 120 espécies de sapos só dentro da reserva, e mais, chega a 140 incluindo a zona vizinha, que é o Parque Nacional da Serra do Divisor, onde você tem a serra.<sup>7</sup> Em suma, teve uma combinação de fatores nesse período, mas sempre com alguma polêmica.

Um grande pesquisador brasileiro de mamíferos, que atualmente está na Inglaterra, associado a essa outra linha, sempre foi hostil e combateu esse modelo de conservação, e outros norte-americanos também. Chamam isso de “conservar uma floresta vazia”, quer dizer, a floresta está lá, mas têm caçadores afetando as cadeias tróficas, e a diversidade – eles têm foco em mamíferos – é afetada; seria outra se não tivesse presença humana. Então, o ideal para eles é que não tenha realmente ninguém embaixo da floresta. E essa linha também é seguida pelos biólogos conservacionistas do *Estado de São Paulo*, que são contra a presença humana nessas áreas. É uma posição que a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, por exemplo, no governo Alckmin, adota de maneira bastante radical. Eles defendem a mesma linha que os ruralistas, que é que o governo do estado tem que ser consultado para poder criar terras indígenas. E bloqueiam as terras indígenas, que já são muito pequenas, sobre o argumento da conservação, dizendo que elas afetariam essas áreas de conservação. E uma consequência direta disso é a impossibilidade de ter, por exemplo, escola, serviços de saúde, atendimento para esses grupos que moram em terrenos contestados. Contestados por quem? Pelo próprio governo do estado. O mesmo governo que já expediu, através de procuradores do estado, ordens de despejo sucessivas contra caiçaras da estação ecológica da Jureia. E eles moram ali, de maneira comprovada documentalmente, com cadeia genealógica da mesma família, pelo menos desde 1850, com caso de registro na paróquia de Iguapé, na época do Império ainda, por causa da legislação de terras que legou isso a eles. Esse pessoal foi aliado da oposição a uma usina nuclear naquela região e a outros megaprojetos desse tipo, e nesse período se aliaram com os conservacionistas que foram lá e “maravilha, esse povo aqui tá apoiando”. Mas depois de tudo se sentiram, com toda justiça, traídos, porque ficaram dizendo que eles não podiam mais morar ali, no território que eles tinham ajudado a defender. Isso deu origem a um processo complexo, que eu não vou resumir, mas que ilustra esse conflito no estado de São Paulo. É uma contestação que vários pesquisadores e eu estamos fazendo – incluindo biólogos, botânicos, ecólogos que têm uma posição, digamos, integrada –, porque dentro desse campo há posições divergentes, inclusive opostas. Há biólogos ecólogos em São Paulo que estão cooperando com essa atividade, e é a mesma coisa naquela região do Xingu.

---

<sup>7</sup> SOUZA, M. B. *Anfíbios: reserva extrativista do Alto Juruá e Parque Nacional da Serra do Divisor*, Acre. Campinas: IFCH, 2009. 77p.